



A VIDE E O SEU CASTELO (e outros topónimos da terra de Cristovam Pavia)

por Ruy Ventura

Não é fácil escrever sobre toponímia quando se deseja ser rigoroso. César Videira, investigador atento, deu conta dessa dificuldade num passo da sua *Memoria Historica da Muito Notavel Villa de Castello de Vide*. Depois de abordar as diversas teorias referentes à origem da sua terra natal, achou por bem registar:

“Se as trevas espessas do passado não permitem ver clara a origem de Castelo de Vide, afigura-se-me que outro tanto sucede relativamente à do seu nome. Donde veio ele? A resposta não é fácil. Tudo que possa dizer-se neste sentido não passa de simples suposições. Posto que não tenha fé em nenhuma delas, reproduzo-as contudo, para que, apreciando-se a sua plausibilidade, se escolha a que deve aceitar-se por mais provável. [...]” (Videira, 1908: 41).

Este artigo não andaré por caminhos muito diferentes. Apresentando nas suas linhas uma apreciação poliédrica da solidez dos mitos, das especulações e das leituras etimológicas que rodearam/rodeiam o nome “Castelo de Vide”, ninguém espere no seu final afirmações dogmáticas baseadas em crenças. Desejo apenas reflectir e partilhar essa reflexão, apresentar hipóteses e os alicerces que as sustentam, encontrar explicações e manifestar as suas forças e fraquezas. Com os anos que levo de leitor e de investigador da nomeação espacial, já me habituei a concordar com o escritor francês Marcel Proust, que considerava a toponímia uma ciência sem exactidão. Talvez por isso seja tão fascinante.

*

Partindo dalguns autores peninsulares (Galmés de Fuentes e Espírito Santo, por exemplo) – cujos estudos demonstram uma consciência superior no entendimento dos processos de formação da toponímia antiga –, neste pequeno trabalho terei em conta que a nomeação ancestral dos lugares possui características invariáveis (cf. Ventura, 2008: 86 – 93; Ventura, 2010: 26 – 34) que só nos últimos



dois ou três séculos foram relativamente dissolvidas (sobretudo a partir do momento em que a designação de uma parcela do espaço passou a ser vista como instrumento de propaganda política ou de homenagem, justa ou injusta). Nenhuma das suas linhas esquece, portanto, que:

a) um topónimo, sendo produto da oralidade, tem sempre uma origem racional, distintiva e objectiva, nascida de evidências materiais ou sociais permanentes ou prolongadas, nunca acidentais ou esporádicas;

b) as designações transformam-se ao longo do tempo, tornando-se obscuras quando a sua língua de origem cai em desuso;

c) na sua evolução diacrónica, a nomenclatura dos lugares vai sofrendo reinterpretações, nas quais o falante metamorfoseia uma forma opaca (pertencente à língua em desuso) numa forma clara com som igual ou semelhante na língua do momento, ainda que tenha um significado completamente distinto do original;

d) os topónimos, quando passados à escrita, podem sofrer uma intervenção exterior que os modifica na sua aparência, ao serem alterados por escribas que, com frequência, não são falantes dos dialectos locais;

e) é possível que duas designações aparentemente iguais tenham tido origens diferentes e que dois nomes hoje distintos tenham nascido de uma mesma raiz.

A consciência destes cinco pilares evita, só por si, muitos erros, inviabilizando leituras apressadas e apenas baseadas numa vaga analogia fonética. Os topónimos antigos devem, além disso, ser entendidos no seu contexto alargado. Reafirmo aqui que a *“nomeação de um lugar nunca pode separar-se da geografia deste, da sua história e da sua mitologia”*, bem como das práticas sociais aí desenvolvidas. Daí que defenda, com outros autores, que a sua interpretação só se poderá fazer com um mínimo de fiabilidade se se usar um *“método etnológico”* (ou *“dos sistemas”*) que reúna os melhores contributos dos métodos *“filológico”* (também chamado *“etimológico”*) e *“histórico”*, com contribuições vindas da Geografia, da Sociologia e da Antropologia (cf. Espírito Santo, 2004: 351 – 352 e Ventura, 2008: 87).

Só o *“método dos sistemas”* permitirá a apresentação de hipóteses certificadas, ainda que incertas e/ou supostas. Desenvolvendo a proposta de Moisés Espírito Santo, penso que devem ser rejeitadas quaisquer explicações que não possuam pelo menos duas correspondências, uma do sistema



linguístico e outra do sistema contextual, sendo obrigatoriamente uma delas a correspondência fonética. A segurança da interpretação será tanto maior quanto mais largo for o número de correspondências verificadas e/ou verificáveis.

No *sistema linguístico* poder-se-á verificar qualquer destes fenómenos:

- a) *correspondência fonética* (o étimo antigo tem um som próximo do nome actual);
- b) *correspondência vocabular* (o topónimo integra-se numa “constelação de nomes”, numa relação de complementaridade semântica entre termos próximos no espaço);
- c) *correspondência sinonímica* (a divisão da propriedade pode ter originado uma multiplicação de palavras com significado próximo, numa mesma língua ou em línguas diferentes, ou a produção de diminutivos ou de aumentativos).

No *sistema contextual*, deve existir pelo menos um destes fenómenos:

- a) *correspondência geográfica* (o topónimo diz respeito ao acidente natural onde se “localiza”);
- b) *correspondência mitológica* (há mitos ou lendas que certificam a explicação objectiva/racional ou que a reflectem);
- c) *correspondência histórica ou arqueológica* (o nome está ligado a factos comprovados por documentos ou por vestígios arqueológicos existentes no local);
- d) *correspondência social* (o designativo liga-se a práticas sociais ou rituais desenvolvidas no lugar).

Convém, entretanto, lembrar que, até à entrada da televisão em todas as casas, os falares das nossas aldeias e dos nossos campos nos permitiam dizer que em Portugal não se falava “português”, mas “portugueses”, pelo menos dois: um erudito, derivado do latim com contributos posteriores; e outro popular¹, quase paralelo, com traços de uma maior ancestralidade. Terá sido este, aliás, que levou à criação de grande parte dos topónimos antigos, ainda antes de existir a língua portuguesa.

Como uma suculenta sopa de pedra, no caldeirão, fervente ao longo de vários milénios, se juntaram ingredientes linguísticos diversos para dar origem ao caldo que ainda ouvimos falar até há poucas décadas (hoje em perigosíssima, mas quiçá irremediável, erosão). Não se sabe qual terá sido a água limpa inicial, mas sabe-se que aí se foram depositando fonemas, palavras e estruturas vindas do Próximo Oriente (fenício/hebraico), da Arábia (árabe dialectal), do Norte de África (púnico e berbere),

¹ Ao referir o “português popular” tenho em conta a grande variedade dialectal existente no território nacional, apreciável em muitos estudos descritivos que se vêm publicando há vários anos.



da Grécia e da Península Itálica (grego e latim). Sabe-se também que fenício, hebraico, árabe e berbere são línguas pertencentes à mesma família semita. Está provado que os berberes que atravessaram o Estreito de Gibraltar e por aqui ficaram depois do século VIII falavam dialectos com origem fenícia-púnica e o latim do Norte de África (cf. Zozaya, 2005: 19-20). Não há dúvidas de que mesmo o grego e o latim não fecharam portas às influências vocabulares e de outra índole provenientes da margem sul e oriental do Mediterrâneo.

1.

De “Vide” a “Castelo de Vide”

Embora o nome actual da vila seja, sem qualquer variação significativa, “*Castelo de Vide*”, na Baixa Idade Média era conhecida apenas por “*Vide*”. É importante vermos como se deu essa evolução. Os dados foram recolhidos por Pedro Cid no seu livro sobre as fortificações medievais da povoação (cf. Cid, 2005: 20 – 35) – e é essa súpula, muito conseguida, que nos orienta no percurso.

O mais antigo registo conhecido deste nome data de finais do século XII (1194) e pode ler-se no documento com que D. Sancho I oficializou a doação à Ordem do Hospital do território de “*Guidimtesta*” (Belver), que chegava ao actual município castelovidense. Trata-se da forma alatinada “*Vitem*”, mencionada ao lado do “*Rostrum de Merlizza*”, que deveria designar a actual “*Serra de São Paulo*”². Tal prova escrita indica que, nessa data do período da Reconquista Cristã, o topónimo “*Vide*” já era conhecido, sendo com muita probabilidade anterior.

Não se pode esquecer, contudo, que – além de nome de uma povoação – o termo “*Vide*” era também o de uma ribeira (o que ainda hoje se verifica). Se em 1199, na doação de Açafa aos Templários, só surge, de novo, o “*Rostrum de Merlica*”, como importante referência orográfica no Nordeste

² “*Rostrum*”, em latim, designa qualquer objecto com a forma de um bico (cf. S/A, 2008: 577). Nesta ocorrência, integrada num latim medieval, talvez designasse um cabeço com afloramentos bicudos no cimo – o que sucede na “*Serra de São Paulo*” ou “*de Castelo de Vide*”, que se inicia pouco depois da anta da Melriça e termina no cabeço do Samião, antes do planalto do Carvalhal (Aramenha, Marvão).



Alentejano, em 1214, na doação da herdade da Cardoso (Castelo Branco) à mesma ordem militar, surgem como referências “*Marvam*” e “*Aquam de Vide*”, ou seja, Marvão e a “*Ribeira de Vide*”³.

Não é certo, na minha opinião, que o “*Castello da Vide*”, mencionado em 1233 no foral dado pelos Hospitalários a “*Tonhe*” (talvez Gavião, segundo Pedro Cid, numa identificação pouco segura), seja de facto a nossa vila. No ano anterior (1232), na doação régia do Crato à Ordem do Hospital, mencionase apenas uma “*populationem de Vide*”. E apenas “*Vide*” se designava a povoação doada em 1273 ao infante D. Afonso por seu pai, o rei D. Afonso III, a mesma que em 1281 este fortificava – o que veio a provocar enérgica reacção do novo monarca, D. Dinis, que cercou a localidade, obrigando o seu irmão a prometer que derrubaria tudo quanto edificara de novo na “*Torre de Vide*” e na sua muralha (“*muro*”, no documento) (cf. Cid, 2005: 35). A mesma dúvida pode abarcar a menção ao topónimo “*Castellum d’uite*” presente, em 1262, numa certidão relativa ao testamento do cavaleiro Lourenço Gonçalves Babilão. É bom não esquecer que “*Vide*” é um topónimo frequente por todo o país, na sua forma simples ou em formas afins, e que a poucas dezenas de quilómetros de “*Castelo de Vide*” existe uma vila chamada “*Cabeço de Vide*” que também possuía castelo na Idade Média...

Com segurança, pode afirmar-se tão só que o topónimo da localidade era apenas “*Vide*”. Este terá sido herdado da designação de uma ribeira próxima ou, pelo contrário, atribuído a essa linha de água depois de se ter fixado na povoação. Quanto ao “*castelo*” ou à “*torre*”, terão sido inicialmente apenas nomes comuns que, por comodidade ou hábito, antecediam o substantivo próprio já consagrado como elemento individualizador de um lugar a sul do Tejo; com o tempo integraram a toponímia da vila.

2.

Tradições explicativas de “*Vide*”

São três as explicações tradicionais do topónimo “*Vide*”. Aquela que tem sido mais difundida, talvez por se ter consagrado no “brasão falante” da vila, afirma que o termo principal do nome completo da localidade significa “*videira*” ou “*bacelo*”, sendo por isso, necessariamente, derivado da voz

³ Esta identificação não é dogmática. Não posso esquecer que, nas proximidades de Valencia de Alcántara, do outro lado da fronteira dos Galegos e a curta distância de Marvão, existe também uma ribeira de “*Avid*” (hidrónimo cujas semelhanças com “*Vide*” não devem ser ignoradas).



latina “vite”: “vinha; cepa; vara de centurião”, segundo José Pedro Machado (Machado, 1995e: 395).

Vale a pena transcrever alguns dos textos antigos que registam essa leitura.

Um manuscrito anónimo do século XVIII, descoberto em Évora pelo arqueólogo Jorge de Oliveira, descrevendo a fortaleza, assim afirma:

“[...] Outros disem, que se deue chamar Castello da vide porque onde se edificou estaua hua vide, e pera isso trazem per rezão que hua pedra que estava em cima da porta principal do Castello, tem as armas del Rey Dom Dinis cerradas com hua uide; e que tambem as cadeiras da câmara [...]”

E continua:

“[...] o Castello acabou de fazer El Rey Dom Dinis, que não estava acabado, e per essa resão lhe puserão as suas armas, alem de que se costumava em todas as fortalezas por as armas dos Reis daquelle Reino posto qescião fabricadas com expensos do Povo. / Castello esta em hu alto, e por toda a parte vay fundado muro em rocha viva scabrosa, e de subir muito dificultosa, tem dentro de si sento e sincoenta miradores e capax de morarem nelle trezentos, tem sinco rebelins, e da parte do zul tem huma fermosissima torre de grande altura, e de excessima Largura; junto a ella estão as cazas onde mora o alcaide mor que tem hu pateo tem hu pozo de mais de des braças de altura a q[ue] chamam alùacara, e sempre tem agua viva. / [...]” (Oliveira, 1997: 14⁴)

Na mesma época, os autores das *Memórias Paroquiais* de Castelo de Vide apresentam uma versão idêntica. Manuel Carrilho Gil, pároco da freguesia de São João Baptista, registou:

“[...] O Padre Carvalho na sua Corografia escreveo com aserto o estado prezente e a terra aonde se pode ver o que eu escuso de referir so cometeo dois erros hum foy dizendo na Villa da Povoa que a sua Igreja hera filial de santa Maria desta Villa sendo da de sam Tiago, o outro foy o dizer ser opinião se chamava castello da Vide por dividir Castella de Portugal sendo isto historia apócrifa as mesmas armas que lhe da lhe desfazem o seu dito que he hum castello cercado com huma Vide Com cachos de ouro o que lhe vem porque esta villa se chamava so villa da Vide athe o tempo de El Rey Dom Dinis Como se ve da doação de El Rey Dom Affonço 3º ao Infante seu filho na qual lhe da a Villa da Vide com seu castello seus termos e suas pertencas⁵ a villa hé antiquíssima no tempo dos gentios havia aqui fabrica das

⁴ Jorge de Oliveira, ao transcrever o documento, entendeu por bem não separar os vocábulos que, no manuscrito, parecem unidos, nem unir as sílabas da mesma palavra que surgem separadas. Tendo em conta a prática corrente na paleografia, procedi a essa separação ou a essa união, de modo a facilitar a leitura. Usei este procedimento em todas as transcrições retiradas deste texto.

⁵ Sublinhado meu.



ferrarias que ainda conserva o nome ainda estão impe [sic] oito ou nove antas en que fazião os sacraficios, O Castello he antiquicimo o poço que tem dentro para se beber em tempo de sitio hé de inorme despeza e bem se ve que em pahis aonde há tantos, e tam grandes nascimentos de agoas so se faria aquella obra para defensa do Castello chamano [sic] ao poço = Alvacá = nome mourisco ou os mouros o fizerão ou achandoo feito lhe puzerão aquelle nome [...] / E ficou tão fermoso e grande [o castelo] que deu o nome a Villa tomandoo por armas e cercandoo com a vide alodindo ao nome da antiqua Villa. / [...]” (Gil, 1758: 1474)

Por sua vez, João Aires Baptista, padre na igreja matriz de Santa Maria da Devesa, em linhas sucintas sublinhou:

“Castello de Vide Villa de Portugal, fica no Alemtejo, he da Comarca e Bispado da Cidade de Portalegre da qual dista duas Legoas; [...] tem por armas hum castello Cercado com huma Vide, dizem alguns que a estas armas, e a este nome deu ocasião huma grande Vide que teve o castello [...]” (Baptista, 1758: 1481)

Só Gentil Marques ligou o nome da vila à lenda – romanceada e aformoseada, como não poderia deixar de ser neste colector fantasista – de D. Gil Martins de Vide (de que não conheço rasto na tradição oral castelovidense, o que lhe confere pouca fiabilidade):

“[...] Quando Guiomar, no seu novo palácio, abraçada a D. Gil, olhava extasiada a paisagem em redor, ele observou: / - Querida, em que pensais? / Ela envolveu-o num olhar de ternura. / - Como tudo isto é lindo! / Ele beijou-a. / - E é nosso! Esta terra que começamos a povoar deu-ma el-rei D. Afonso II. / - E como se chama esta terra? / - Sabei que hesitei durante algum tempo em dar-lhe um nome. Todos me pareciam indignos da sua beleza. Mas, um dia, um dos meus súbditos deu-me a ideia. / Enlaçou-a, e acrescentou. / - Reparai em toda esta verdura... nestas vides... / - Vejo. Esta que trepa junto à fortaleza é tão grande... São enormes os cachos... / - Pois um servo que trabalha na vinha chamou a isto Terra de Vide. Achei bem, e assim começámos a chamar-lhe. E esta fortaleza há-de ser castelo, e Portugal inteiro há-de conhecê-lo. / Guiomar sorriu, enleada. / - Por enquanto é a morada de um valente que foi forçado a raptar a mulher que ama para com ela casar e a conservar junto de si! Seremos dois cachos pendentos da mesma vide! / [...]” (Gentil Marques, 1966 in Ventura, 1996: 30).

Uma outra linha explicativa, já pouco lembrada nos nossos dias, talvez por ter sido sempre muito contestada, supõe que o termo “Vide” faria parte da forma verbal “divide”. Logo, o topónimo



sublinharia verbalmente a posição fronteiriça do território e do castelo da vila. O prior de Santa Maria, em 1758, limitou-se a registar a hipótese, sem a comentar:

“[...] querem outros com paronomasia que esta Villa se chame = castello de Vide = por que deuide Portugal de Castella, pois está na araiá em distancia de duas Legoas.” (Baptista, 1758: 1481)

Já o seu colega da igreja do Santo Precursor, no mesmo ano, manifestou a sua opinião sobre o assunto:

“[...] O Padre Carvalho na sua Corografia escreveo com aserto o estado prezente e a terra aonde se pode ver o que eu escuso de referir so cometeo dois erros hum foy dizendo na Villa da Povia que a sua Igreja hera filial de santa Maria desta Villa sendo da de sam Tiago, o outro foy o dizer ser opinião se chamava castello da Vide por dividir Castella de Portugal sendo isto historia apócrifa [...]” (Gil, 1758: 1474)

César Videira assumiu também uma posição crítica, baseada nalgumas evidências históricas, deixando no ar outra etimologia possível:

“[...] Há quem diga que se chamou primitivamente Castelo Divide pelo facto do seu termo dividir Portugal de Espanha. Podia ser, se a vila não fosse anterior à existência do castelo, como parece que foi. Neste caso, claro está que não poderia denominar-se Castelo Divide, mas simplesmente Vide, talvez pela posição elevada, em que se encontra e da qual se descobrem à vista horizontes amplíssimos que abrangem ambos os reinos. Deste modo, quando se fundou depois o castelo, nada mais natural que, juntando-se este nome comum ao próprio de Vide, se convertessem ambos, à força de se repetirem juntos, em nome próprio, ficando Castelo de Vide. [...]” (Videira, 1908: 41).

Sem constituir uma nova tradição explicativa, percebe-se que o monografista castelovidense admitia como possível que o nome da sua terra-mãe pertencesse à família dos derivados do verbo latino “videre”, que significa “ver, perceber pela vista; dispor de, ser testemunha de; notar, observar, constatar” (Machado, 1995e: 386).

Há por fim uma tradição lendária, integrada no ciclo mítico que tenta explicar a destruição da cidade luso-romana de Ammaia (São Salvador da Aramenha) e a fundação/nomeação de outras localidades vizinhas, como Marvão ou Carreiras (Portalegre). Está hoje completamente mergulhada no esquecimento, só se tendo conseguido recuperar graças ao documento supracitado descoberto por Jorge de Oliveira. Assim se conta:



“[...] / Contasse que vindo hum capitam Romano; outros dizem, que era Mouro, que se chamava o Capitam Bide a cunquistar hua cidade per nome Armenia; que então se chamava Medrobigua; que esta meia legua da Villa de Castello de Vide lhe pos serco o dito capitam, e os de dentro lhe pedirão tres dias pera se resolverem e de noite se passarão com sua trouxas, a hu monte alto cercado de penhas desamparando a cidade sendo sabedor o Capitam, e dizendo lhe pera onde se avião recolhidos disse deixaios ir, que mal vão; querem dizer os traditores, que daqui se corrompeo a palavra; donde agora se vem a chamar a Villa de Marvão, que esta daquelle mesmo sitio, e se disser da própria gente, que fugio edificada. / Mas não se devia desta palavra tomar o nome a villa de Marvão; e paresse que o devia tomar por corrupção do nome da Cidade desamparada, que se chamava Mirobriga; ou Medrobriga; Consta do Bispo frey Amador Araes dialogo .3. cap. 8. que esta cidade, era hu’a dos trinta lugares stipendiários a Roma, que auia na nossa Luzitania. / Esta cidade se avirigua ser muito grande e populosa; e suas ruinas mostram ser de dous mil vezinhos esta junto a serra de Armenia, onde esta adita villa de Marvão; e he tão inexpugnavel, que deficultosamente se pode combater; esta meya legua da Raia de castella; ha quem deuide o Rio Seuer. / O Capitam Bide vendo a Cidade desamparada a pos por terra; e ha teve de querer conquistar aos acolhidos a serra mas não opode fazer pella fragozidade della; e pera continuar com a guerra lhe foi necessario chegarse a hu serro meia legua da serra de Armenia, que era termo de Maruão; porque naquelle serro acedeficou o Capitam Bide fazendo aquelle castello, por onde se chama castello do Bide. / [...]” (Oliveira, 1997: 13)

É interessante verificar que o pároco da igreja de São João, embora não refira esta linha interpretativa, não deixa de fazer eco da lenda que liga a fundação de Castelo de Vide à destruição de Ammaia (embora identificando-a com um nome que, na realidade, designava na época romana a actual cidade espanhola de Cáceres):

“Sendo vezinha desta Villa huma legoa distante Norba Cesaria cujos moradores na sua roina vierão abitar castello da vide e inda durante Norba Cesaria hera castelo da Vide hum arrebalde della [...]” (Gil, 1758:1464).

Sem avançar, para já, com a minha opinião sobre cada uma das tradições explicativas, julgo que se podem resumir e sistematizar neste quadro, que me parece facilitador da leitura de quanto se tem escrito sobre o assunto ao longo dos séculos:



Etimologia	Língua	Explicação
<i>vite / vide</i>	latim / português	1. No local de edificação da povoação existiria uma vide, porque sobre a porta principal do castelo está um brasão com as armas de D. Dinis cercadas por uma vide (cf. Oliveira, 1997: 14). 2. As armas de Castelo de Vide apresentam um castelo cercado por uma vide com cachos de ouro (cf. Gil, 1758: 1474). 3. As armas e o nome foram atribuídos por causa da “ <i>grande vide</i> ” que possuiu o castelo (cf. Baptista, 1758: 1481).
<i>divide</i>	português	1. O concelho divide Portugal de Castela (Baptista, 1758: 1481; Gil, 1758: 1474; Videira, 1908: 41).
<i>videre</i>	latim	1. Castelo de Vide situa-se num local elevado, de onde se descobrem vastos horizontes (Videira, 1908: 41).
<i>Bide</i>	latim ou árabe	1. Antropónimo de um “ <i>capitão</i> ” que aí se estabeleceu, construindo no lugar uma fortificação para melhor vigiar e conquistar Marvão.

*

Explicar a leitura mais difundida do topónimo “*Vide*” não me parece muito difícil, sendo de entre todas a que se afigura mais distante do possível significado da palavra que terá dado origem à designação. Se compararmos as três versões apresentadas, perceberemos que ela deriva do brasão da vila, criado em data incerta da Idade Média. Trata-se de uma clara reinterpretação: verifica-se a metamorfose de uma forma opaca (pertencente a uma língua em desuso ou esquecida) numa forma clara com som igual ou semelhante na língua do momento, ainda que tenha um significado completamente distinto do original. Não se conhecendo então com exactidão o significado antigo do



topónimo, optou-se por criar uma heráldica “falante”, colocando no campo figuras que “dissessem” – em português da época – o nome da povoação; daí o surgimento do “castelo” e da “vide”. Essa maneira de estruturar os escudos foi muito corrente, sobretudo na emblemática familiar:

“[...] Diz A. Langhans: ‘Quando os nomes e os apelidos se podem substanciar em figuras, as figuras dizem-se falantes e sugerem logo à vista o apelido’. / O desenho é a tradução visual do nome [...] com base na pronúncia correcta ou numa versão não etimológica, por associação fonética, aliteração, anagrama, trocadilho ou jogo do palavras. [...]” (Espírito Santo, [1997]: 23).

A referência, num dos documentos, às *“armas del Rey Dom Dinis cerradas com hua uide”*, existentes sobre uma das portas da muralha de Castelo de Vide, revela-nos, contudo, uma versão mais antiga do brasão do município, anterior à entrada do “castelo” no seu nome. A fortaleza estaria ausente e, no seu lugar, figuraria o emblema nacional. Infelizmente, esse elemento iconográfico, com grande interesse, já não existe (nem existia na data indeterminada de redacção documento, embora a sua memória se mantivesse). Na entrada sul do pequeno espaço amuralhado há, tão só, uma pedra de armas de D. Afonso IV, referente a obras concluídas em 1327.

O brasão da vila indica, sobretudo, a tradução visual do significado aparente da forma aportuguesada de um topónimo anterior ao século XII. Esta constatação não me impede, contudo, de verificar que o surgimento da “vide” na heráldica castelovidense indicia a presença de um símbolo com forte dimensão religiosa. Não é impossível que a religiosidade tenha ajudado ou fabricado a reinterpretção do topónimo, no momento em que (talvez a primeiro quartel do século XIV) se estabeleceu o brasão de Castelo de Vide.

Num artigo recente, tive oportunidade de sublinhar a centralidade religiosa evidenciada nalguns elementos materiais e imateriais relacionados com santuários do aro de Castelo de Vide, nomeadamente o de Nossa Senhora da Penha, situado num penhasco da Serra de São Paulo, defronte da vila (cf. Ventura, 2011: 8). A escolha da videira como transposição figurativa do nome da vila aponta também, na minha opinião, para uma afirmação da sua axialidade espiritual no espaço da Serra de São Mamede, fosse ela verdadeira ou desejada. Essa opção estará, possivelmente, relacionada com a forte presença semita/hebraica na região (registada já no século III d. C., mas talvez anterior nalguns séculos). Guardando uma leitura mais aprofundada desta e doutras questões, relacionadas com o património imaterial religioso da região, não deixo de realçar, com os autores do *Dictionnaire des Symboles*, que a



videira era, na cultura antiga dos judeus, uma planta sagrada, divina, havendo tradições que a identificam com a “*árvore da vida*” do Paraíso; já nos textos cristãos, o Messias é comparado a uma vinha, vinha essa que é, ao mesmo tempo, uma figuração do Reino de Deus (cf. Chevalier & Gheerbrant, 1982: 1012 – 1014).

Seja como for, esta reinterpretação será sempre posterior à designação do espaço com uma voz antiga que originou, no início da nacionalidade portuguesa, o termo aportuguesado “*Vide*”.

*

Merecem ainda comentário sucinto as outras explicações que, não possuindo a mesma difusão, não são de todo absurdas.

No que respeita à equivalência de “*Vide*” e “*Divide*”, limito-me a levantar a hipótese de toda esta lenda/legenda não se referir nem ao território castelovidense e à sua posição fronteiriça em relação a Castela/Espanha nem à vila e ao cabeço onde se situa. Na minha opinião, esta explicação só se pode referir à “*ribeira da Vide*” que, em épocas muito recuadas, poderia servir como fronteira natural entre territórios de comunidades protohistóricas vizinhas. Lembro que – num dos falares fenícios que estiveram na origem do hebraico, do púnico, do árabe e do berbere – o termo “*bd*” (que se podia pronunciar “*bâde*”⁶) significava “*separação*” (cf. Espírito Santo, s/d: 110). Terá o curso de água emprestado o seu nome à vila? Não é impossível. Teriam a povoação e a ribeira nomes com fonética muito próxima numa época que desconhecemos, ao ponto de se confundirem mais tarde? Também não me parece despropositado.

Em relação à outra tradição explicativa, hoje desaparecida, não havendo qualquer registo histórico da existência de um “*capitão Bide*”, não excluo a hipótese de esta lenda se ligar à época do domínio muçulmano. Recordo que também Ibn Maruán, chefe rebelde do século IX de que Marvão terá herdado o seu nome, aparecia nas lendas como o “*mouro Marbã*”, revelando-se, mais tarde, que a tradição batia certo com a história. Em abono de “*Bide*” refiro apenas que, na onomástica árabe, existe o antropónimo ‘*Abid*, que significa “*adorador, servidor*”, tendo originado, nalgumas opiniões, os topónimos espanhóis “*Valdavida*” e “*Benavites*” (cf. Terés, s/d). Não tendo eu conhecimento de

⁶ “*Bâde*” tem uma pronúncia próxima da que os bons castelovidenses usavam, até há poucos anos, ao mencionarem a sua terra: “*Váde*” em “*Castel d’ Váde*”... Ainda a ouvi muitas vezes em criança, quando deambulava pelas ruas da vila.



qualquer personagem histórica com este nome, relacionada com a região em estudo, não posso dar, por agora, grande crédito a esta opinião (o que não significa que a exclua em definitivo).

Para terminar, não me parece improvável a hipótese lançada, sem alarde, por César Videira. Dada a posição estratégica de Castelo de Vide, com amplo alcance visual, apenas obstruído em direcção ao sul pela Serra de São Paulo, parece-me aceitável uma derivação do latim “*videre*”, que significa, como se viu, “*ver, perceber pela vista; dispor de, ser testemunha de; notar, observar, constatar*” (Machado, 1995e: 386). Não creio, no entanto, que – a ser verdadeira – esta explicação toponímica se relacione apenas com as características do monte principal da vila. Parece-me mais forte uma leitura que ligue o local a uma função de precoce vigilância militar numa época indeterminada, que tanto pode ter sido a romana, quanto uma posterior. Reforça esta hipótese a existência, na região, do topónimo “*Atalaia*” (do árabe “*at-talai’a*”, “*lugar alto onde se exerce vigilância*” (Machado, 1995a: 342)) que, de alguma forma, o duplicaria.

3.

Outras etimologias do topónimo “Vide”

Na primeira parte deste artigo, referi que a menção mais antiga do topónimo “*Vide*” (na forma alatinada “*Vitem*”) data de 1194. Ou seja, já era utilizado nas primeiras décadas do, ainda débil, domínio português sobre os territórios a sul do rio Tejo. Não havendo quaisquer indícios de que o termo tenha sido dado à povoação ou a uma ribeira próxima nessa altura⁷, tenho razões fortíssimas para acreditar que se trata de uma designação anterior à formação da língua portuguesa. Aceitam-se, assim, etimologias nascidas dos dialectos árabes e/ou moçárabes, mas também as que provenham do latim popular ou dos falares semitas que o antecederam e com ele se misturaram.

Esquecendo, por momentos, as explicações tradicionais do topónimo “*Vide*”, parece-me que ele deve ser entendido num contexto, digamos, familiar.

⁷ Tal parece acontecer com o nome de outras localidades do Norte Alentejano, fruto da presença das Ordens Militares ou de colonos estrangeiros que terão resolvido “importar” nomes da Terra Santa (“*Belver*”, que substituiu “*Guidimtesta*”) ou do sul de França (“*Tolosa*” a lembrar “*Toulouse*”, “*Nisa*” a recordar “*Nice*”, etc.).



Se o leitor consultar os três volumes do *Reportório Toponímico de Portugal*, editado em 1967 pelo Ministério do Exército, conseguirá sem dificuldade listar várias designações que parecem pertencer à família do nome que tenho vindo a abordar, muitas delas repetidas: “Vida”, “Vida Alegre” (2), “Vidais” (2, um deles perto de Marvão), “Vidago” (2), “Vide” (14), “Videla” (2), “Vides” (4), “Vidigal” (26), “Vidigão” (5), “Vidigueira” (13), “Cabeço de Vide”, “Castelo de Vide” (3), “Monte da Vide” (2), “Alvite” com “Alvites”, “Alvitinho” e “Alvito” (30), etc., etc..

A semelhança fonética não garante uma origem única, tenho de reconhecer. Para chegar a conclusões teria de estudar as designações uma a uma, conhecendo pelo menos a sua implantação no terreno e a história da sua evolução. Apesar disso, creio que muitos deles terão nascido do mesmo nome comum, mais tarde tornado obscuro pela transformação em topónimo e pelo desuso da língua de origem. Seria, portanto, um nome abundante.

Há dois termos fenícios que parecem estar na origem de todos estes topónimos e também da nossa “Vide”: “bit” ou “bt”. O primeiro significa “passar a noite” e o segundo “casa, palácio, templo” ou “família” (cf. Espírito Santo, s/d: 111 e 114). Estas designações tiveram ampla influência, tanto no aro semita quanto noutras línguas que saem tradicionalmente deste âmbito, como o latim. Basta pensarmos que delas derivará a voz latina “habitatío”, que significa “morada” ou “domicílio” (cf. S/A, 2008: 309), pela expressão “h bit” (que se lê “âbitâ”), ou seja, “a casa”. No árabe clássico deu origem a “báy tun”, sinónimo de “dár un” e de “manzil un”, designando mais uma vez uma “casa” (cf. Kaplanian, 2004: 121). Já no árabe marroquino levou à formação do termo “bit” (“bwut” no plural) que, invariavelmente, nomeia a “residência” (cf. El Ghazouani, 2007: 27).

É caso para perguntar: qual dos termos deu origem à nossa “Vide” do Nordeste Alentejano? Não sabendo a resposta, tenho no entanto uma hipótese aceitável.

Na vila de Castelo de Vide e nos seus arredores mais próximos há vários topónimos aparentemente derivados de termos árabes, apropriados pelos autóctones e por estes introduzidos no seu dialecto moçárabe. Entre eles, destaco “Arçário”, “Arrochela”, “Aluáca”, “Aldeia” e “Mascarro”. Não me custa, por isso, ver o designativo “Vide” integrado numa pequena constelação surgida na Alta Idade Média, entre os séculos VIII e XII.

E que significaria “al-bit” ou “al-bayt”? Apenas “casa”? Faço minhas as palavras de Juan Zozaya, escritas a propósito de “Albite” e “Alvites”, topónimos da mesma família:



“[...] aparece relacionado con poblamiento de pocas casas [...]. Por su situación en los mapas, su relación con los términos derivados de villa o quinta / aparentemente se trata de un derivado de ‘al-bayt’ = ‘casa’ en árabe, y com el fenómeno de poblamiento de villae [...].” (Zozaya, 2005: 38 – 39).

Na opinião do historiador espanhol, “Vide” seria portanto um sinónimo árabe da “villa” romana ou visigótica – o que, neste caso, é muito provável, se tivermos em conta a proximidade em relação à antiga cidade de Ammaia, cujo esplendor decorreu nesse tempo, e a existência de estruturas agrárias na região integráveis nessa forma de ocupação do território rural durante os primeiros séculos da nossa era⁸.

Reforça esta opinião o facto de “Aldeia” (topónimo que designa um bairro sensivelmente a sudoeste do castelo) derivar do árabe “*al-day’a*”, que significa “*propriedade fundiária*”, uma das traduções possíveis em árabe do termo “villa” (por oposição a “*al-qarya*”, essa sim, uma pequena povoação) (cf. Conde, 1997: 378). Este bairro da “Aldeia” era considerado, no século XVIII, o lugar de morada dos “lavradores” (e um “lavrador” é, na região de Castelo de Vide, um proprietário rural abastado). Concluo transcrevendo uma completa definição de “*aldea*”, registada por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo no seu *Elucidário*, inteiramente coincidente com quanto se tem afirmado:

“Casal, quinta, herdade, villa ou granja, constante de uma casa de lavoura, ou abegoaria, em que se recolham os fructos do campo [...] e de algumas terras, ou propriedades, rústicas, já continuadas de uma certa demarcação a dentro, já discretas, e separadas umas das outras, fabricadas umas vezes pelo direito senhorio, e outras vezes pelos seus colonos, e caseiros, com a obrigação de certas foragens, e pensões. [...]” (Viterbo, 1865a: 53).

Apesar desta explicação me parecer a mais sólida, não excluo a hipótese de “Vide” significar, por outro lado, qualquer coisa como “*povoação com poucas casas*” ou “*casal*”.

Não ponho ainda de parte uma relação do topónimo com uma albergaria, subjacente na sua raiz mais antiga, ou seja, no termo fenício “*bit*” que quer dizer “*passar a noite*”, como referi acima. Não esqueço que Castelo de Vide tinha albergues/hospícios na Baixa Idade Média, onde se acolhiam os viajantes. Talvez por isso fosse escolhida como um lugar de paragem nos itinerários para Sant’ Iago de Compostela, que vinham de Espanha e do Sul de Portugal.

⁸ Registe-se, como curiosidade, que existindo várias vilas na região (Marvão, Alpalhão, Crato, etc.), os habitantes das povoações vizinhas de Castelo de Vide ainda hoje, quando lá se deslocam (a uma feira, por exemplo), dizem apenas que vão à “*vila*” – antonomásia que parece registar uma vaga memória de uma equivalência de significados.



Não deixo ainda no olvido que existe na periferia de Castelo de Vide o nome “*Pouso*”, atribuído a um bairro antigo, próximo da estrada para Alpalhão, junto da “*Fonte do Martinho*” e da igreja de São Pedro. Este topónimo, parecendo ser um sinónimo de “*albergaria*”, poderá estar relacionado com “*pausa*” ou “*pousa*” que, segundo Viterbo, consistia no seguinte:

“*Estancia, residência, aposentadoria, em que o cobrador dos fóros reaes devia pousar, estar, ou residir, e receber todo, ou parte do seu mantimento. [...]*” (Viterbo, 1865b: 157).

Pode ainda ser derivado de “*Pousadouro*”:

“*Lugar, que ficava no fim, e termo de alguma subida, onde naturalmente descansa, e depõem o seu peso, ou carga o caminhante, ou jornaleiro. [...]*” (Viterbo, 1865b: 158).

Infelizmente, até ao momento não surgiu qualquer indício que aponte para a existência dalguma albergaria na região de Castelo de Vide na Alta Idade Média...

*

Postas na mesa todas estas considerações, sendo impossível escolher em exclusivo apenas uma das explicações, cabe-me aplicar a todas o “*método dos sistemas*”, de modo a tentar verificar quais têm maiores possibilidades de se aproximarem da certeza. Vejamos um quadro-resumo:

Etimologia	Significado	Sistema linguístico			Sistema contextual			
		CF ⁹	CV	CS	CG	CM	CH	CSc
BD (fenício)	“ <i>separação</i> ”	X			X	X		
BIT (fenício)	“ <i>passar a noite; albergue</i> ”	X		X				
VIDERE (latim)	“ <i>ver; perceber pela vista; observar</i> ”	X		X	X			
‘ABID (árabe)	antropónimo	X				X		
BT (fenício) BAYT (árabe) BIT (árabe marroq.)	“ <i>casa; residência; quinta; casal</i> ”	X		X			X	
VIDE (português)	“ <i>videira</i> ”	X				X		

⁹ Legenda: CF, correspondência fonética; CV, correspondência vocabular; CS, correspondência sinomímica; CG, correspondência geográfica; CM, correspondência mitológica; CH, correspondência histórico-arqueológica; CSc, correspondência social. Outros pormenores sobre estas designações devem ser relidos na introdução do artigo.



É fácil verificar que há três hipóteses que só remotamente se podem considerar como boas leituras objectivas do topónimo “Vide” (excluo as simbólicas, sempre posteriores): a “albergaria”, o antropónimo árabe e a “videira”. Todas as outras recolhem um forte grau de probabilidade, com três correspondências cada, o que me leva a afirmar que só uma intensa investigação arqueológica e etnológica na região, sobretudo nos núcleos habitacionais mais antigos de Castelo de Vide, permitirá o reforço de uma delas. Termino assim afirmando que a “Vide” do “Castelo” terá nascido:

1. de uma quinta/“villa” habitada entre o século VIII e o século XII;
2. de um lugar de vigilância militar;
3. ou então do nome de uma ribeira que separaria territórios ancestrais.

Cabe ao leitor escolher qual das três leituras considera mais aceitável, com a garantia de que qualquer delas se integra nas características do terreno e na história da região e da ocupação humana do seu território.

4.

O “Castelo”, o monte e os seus habitantes

Embora pareça ter entrado tardiamente na toponímia da vila, talvez tenha interesse apreciar as várias tonalidades semânticas do substantivo “Castelo” que, a partir de certa altura, passou a anteceder o termo “Vide”.

O *Elucidário*, de Viterbo, tece algumas considerações a propósito de “Castrello” e “Crestello” que vale a pena transcrever:

“Estes nomes trazem a sua origem de Castro, ou Crasto, que se tem equivocado com Castello, que igualmente he diminutivo de Castrum. Porém na architectura militar antiga houve n’estas palavras não pouca diferença. Aos arrayaes de todo o exercito com suas quatro portas cada uma em seu lado, cercados de fossos, e vallo, se chamou Castra: a um pequeno arrayal, e só para uma, ou outra legião, ou brigada, deram o nome de Castrum. Ora estes pequenos arrayaes quanto menos for-/necidos de gente, e armas, tanto mais se procuravam pôr em lugares desabafados, e eminentes, e guarnecidos por natureza, quando não fosse por arte: e a estes chamaram Castrellos, ou Crestellos. Alguns d’estes se povoaram, e



ficaram conservando a povoação, por ser defensável, e servir mesmo de atalaya, citadella, e guarda às campinas, e lugares chãos, e abertos as correrias dos inimigos. [...]” (Viterbo, 1865a: 172 – 173).

Frei Joaquim tinha razão; em latim, “*castra*” e “*castrum*” são dois termos diferentes. Enquanto o primeiro significa “*acampamento*”, “*trincheira*”, “*fosso*” ou “*caserna*”, o segundo quer dizer, em português, “*castro*” ou “*campo*” (S/A, 2008: 125). Para decidirmos qual dos dois termos, no diminutivo, deu origem ao “*Castelo*” de “*Vide*”, a explicação pormenorizada do frade do século XVIII parece-me preciosa. Teria nascido de “*castrum*”, ou seja, de um “*castrelo*” (pequeno “*castro*”), construído, como é o caso, num lugar alto, com vistas desimpedidas, defendido e defensável por condições naturais (mesmo que lá não houvesse grande obra militar), servindo de lugar de vigia (como uma das explicações de “*Vide*” indica...) e de guarda às populações existentes em seu redor e, talvez, no seu interior.

Sendo certas estas considerações, mais uma vez esbarramos com o velho obstáculo: a cronologia. Não conheço provas de que, na época romana/visigótica, em que se terá usado o termo, tal função existisse... Além disso, parece que a designação “*Castelo*” só se patenteia no século XIII e se solidifica apenas na centúria seguinte. Em 1281, a designação da estrutura era apenas “*Torre de Vide*”, sendo, no entanto, acompanhada por um “*muro*” (ou seja, por uma muralha pouco imponente).

Estes dois termos, “*torre*” e “*muro*”, sem serem topónimos na sua máxima acepção, devem ser lidos em conjunto, podendo auxiliar na ultrapassagem da barreira cronológica apresentada no parágrafo anterior. Quanto a mim, apontam para um momento histórico posterior, aquele em que o nome “*Vide*” se terá vulgarizado e inscrito como topónimo na região: a Alta Idade Média, em que o poder político pertencia às elites islamizadas. Não é objectivo deste texto aprofundar muito este assunto. Creio no entanto ser meu dever contribuir para um melhor entendimento da história de Castelo de Vide.

Sabe-se hoje que, associadas à divisão da propriedade ocupada pelos muçulmanos, nomeadamente ao “*quinto*” (“*joms*”) do direito islâmico, andaram formas primitivas de fortificação, muito rudimentares, designadas “*jyarat al-nussur*” (“*ninhos de águia*” ou “*rochedos de águia*”), as quais deram origem a vários topónimos expressos nos falares romances que continuaram em uso mesmo depois do século VIII. Zozaya esclarece-nos:

“[...] Estos elementos, en origen excrecencias rocosas naturales, abruptas, también son denominadas Sajra’. Hay que añadir las atalayas, de planta circular y las torres (bury) campesinas de planta cuadrangular [...]” (Zozaya, 2005: 21).



Também é conhecido que, ao longo do domínio maometano, a realidade castral era variada na dimensão, na arquitectura e na designação. Segundo Manuel Acién Almansa (cf. Almansa, 2001), podem identificar-se quatro tipologias:

1) os “*husun*”-refúgio (“*hisn*”, no singular), estruturados nos primeiros tempos da conquista/invasão, quando as populações indígenas resolveram resguardar-se em sítios altos, mas que acabariam por perdurar depois dessa época;

2) os “*qila*” (“*qalat*”, no singular), geralmente ligados aos lugares de assentamento da população forânea, conquistadora ou ocupante;

3) os “*qusur*” (“*qasr*”, no singular) e as “*buruy*” (“*bury*” ou “*burj*”, no singular), associados àquilo que em latim se designava “*castrum/castellum*” e “*turris*”;

4) e, por fim, os “*ummahat al-husun*”, estruturas complexas dotadas de vários edifícios com funções diferenciadas, militares ou não.

Não me cabe discutir cada uma delas. Registo, contudo, quanto afirma o historiador espanhol, referindo-se às transformações ocorridas na ocupação do território depois do final da época romana, as quais se reflectiriam em toda a Alta Idade Média:

“[...] cuando está desapareciendo la realidad material de la villa clásica, están emergiendo unos nuevos tipos de asentamiento que las fuentes denominan castra y castella, que ya no responden a establecimientos del ejército, si bien los términos sí mantienen el sentido de fortificación, [...] fortificación que en ocasiones se especifica como turris. [...]” (Almansa, 2001: 65).

Parece-me justo considerar a hipótese de a “*torre*” ou “*castelo*” de “*Vide*” ter sido um desses novos assentamentos rurais surgidos no seguimento da desagregação do Império Romano ou já depois da presença dos guerreiros e povoadores norte-africanos. A manutenção do nome derivado do latim sublinha apenas que a população continuava a falar a sua língua indígena, aliás partilhada pelos que chegavam do sul do Mediterrâneo, como afirmam vários historiadores que não embarcam na teoria da “*arabização*”.

É possível que, na origem, o nosso “*castelo/torre*” tivesse sido um *hisn*-refúgio, com alguma população associada, residente a alguma distância; talvez aquele que estará referido numa crónica árabe do século X, segundo afirma Joaquim Carvalho:



“[...] O primeiro testemunho da existência de uma fortificação em Castelo de Vide foi feito por Ibn Hawqal no séc. X, que faz referência a um Hisn: Trata-se de um castelo isolado, um pouco afastado das povoações, com cisterna e habitações no interior, sobrelevados em relação a uma zona de povoamento, ou associados a aldeias com muralhas. [...]” (Carvalho, 1998: 191).

A essa existência arquitectónica, que deixou marcas verbais e talvez materiais até ao século XIII, estaria associada uma estrutura acessória que ainda hoje marca presença, algo enigmática, na microtoponímia da vila. Há que considerar, caminhando ao lado de André Bazzana, que nas sociedades não-feudais do al-Andalus os castelos rurais, defensivos, serviam sobretudo como refúgio de pessoas e bens e não como sedes do poder “senhorial”. A essas estruturas, que se poderiam limitar a uma torre quadrangular (“*burj*”, em árabe), estava muitas vezes associado o “*albacar*” – recordado no poço de “*Aluáca*” ou de “*Alvacá*”, existente com esse nome no interior da fortaleza de Castelo de Vide. Refere um documento do século XVIII:

“[...] o poço que tem dentro para se beber em tempo de sitio hé de inorme despeza e bem se ve que em pahis aonde há tantos, e tam grandes nascimentos de agoas so se faria aquella obra para defesa do Castello chamano [sic] ao poço = Alvacá = nome mourisco ou os mouros o fizerão ou achandoo feito lhe puzerão aquelle nome [...]” (Gil, 1758: 1474).

Um outro texto da mesma época regista a essa designação, embora numa forma ligeiramente divergente:

“ [...] tem hu pateo tem hu pozo de mais de des braças de altura a q[ue] chamam aluacara, e sempre tem agua viva. / [...]” (Oliveira, 1997: 14).

“*Alvacá*”, “*Aluacara*” ou “*Aluáca*” são, quanto a mim, formas de “*albacar*”, modificadas por mais de mil anos de uso. “*Albacar*”, por sua vez, deriva de “*al-baqqar*” (termo árabe, com origem fenícia, que significa “gado”, sobretudo gado bovino). Tratava-se de uma muralha anexa ao castelo ou à torre propriamente ditos, que servia para guardar os animais destinados ao consumo urbano ou para resguardo de bens em caso de ataque adverso (cf. Bazzana, 2005: 196 – 197).

*



Posso concluir este artigo indicando que não só o nome da vila e do seu castelo parecem apontar para uma (re)fundação na Alta Idade Média dominada pelo poder político islâmico. Uma vista de olhos pela toponímia de Castelo de Vide e seus arredores permite-nos afirmar que também alguma da orografia da zona foi designada com termos semitas, árabes ou híbridos.

No caso de “*Arçário*”, nome que hoje designa um arruamento situado na parte velha da povoação, na encosta da fortaleza, devemos estar perante um fenómeno de redução do âmbito da nomeação. Se hoje se aplica a um pequeno lugar, creio que na origem deveria designar todo o cabeço onde se ergue o castelo. Estará na origem da sua raiz “*arç-*” o termo árabe “*ar-ras*”, que significa “*cabeça*”, “*cimo*”, “*cabo*” ou “*promontório*” (cf. Vieira, 2005: 54). No que respeita a “*-ário*” tanto pode ser um reflexo de outro termo com a mesma origem, “*al-ara*”, que quer dizer “*outeiro*” (cf. Zozaya, 2005: 39, 40), quanto a presença do sufixo adjectivante “*-ário*”¹⁰. Na primeira hipótese, “*Arçário*” significaria “*cimo do outeiro*”, “*cabeço do outeiro*” ou “*cabeço baixo*”. Na segunda teríamos um híbrido (moçárabe?), misto de árabe e latim, a qualificar o monte.

Este topónimo aparece duplicado/repetido numa outra designação ainda hoje em uso na parte baixa de Vide: “*Arrochela*”. Não é difícil verificar que este nome pertence à mesma família de “*Arçário*”. Tratar-se-á de mais um vocábulo híbrido, típico dos falares moçárabes que originaram muitas formas do português meridional. Parece derivar igualmente do substantivo árabe “*ar-ras*”, pela aposição do sufixo latino/romance “*-ela*”, com valor semântico diminutivo, significando “*cabecinho*”, “*pequeno monte*” ou “*colina*” (o que corresponde aos dados orográficos do terreno).

No que respeita à população residente na região, tenho motivos para suspeitar de que nela teve algum peso o grupo dos cristãos moçárabes, pelo menos em núcleos relativamente distantes da fortaleza.

Essa hipótese surge, desde logo, na devoção no aro castelvidense a alguns santos típicos dos calendários do cristianismo hispânico anterior à reforma gregoriana dos séculos XII e XIII: São Salvador do Mundo, Santa Maria Madalena¹¹, São Gens¹² e São Sebastião¹³ (este já na vizinha povoação de Carreiras, muito ligada religiosamente a Castelo de Vide)¹⁴.

¹⁰ Estas hipóteses, que parecem ter maior segurança, não excluem outras mais antigas, igualmente semitas, com um significado semelhante.

¹¹ Era esse o orago da ermida que deu origem à actual igreja de São João Baptista de Castelo de Vide. Desse templo existem ainda importantes estruturas, integradas na construção posterior.



Parece ser, entretanto, reforçada pela designação “*Mascarro*”, nome atribuído a uma herdade situada mais ou menos a sudoeste de Castelo de Vide. A sonoridade do termo actual e a proximidade em relação a vestígios importantes da Alta Idade Média levam-me a pensar que terá derivado de “*must’arab*” (“*tornado árabe*”), termo que na época moura designava os cristãos arabizados, ou seja, aqueles que adaptaram os seus hábitos quotidianos à civilização vinda do Norte de África, mas se mantiveram fiéis ao culto a Jesus Cristo (cf. Vieira, 2005: 55).

Esta possibilidade aponta, contudo, para uma vivência religiosa anterior à entrada dos integristas almorávidas (século XII), uma vez que a violência sectária desses novos invasores obrigou a uma fuga em massa dos cristãos para o norte da Península Ibérica, nomeadamente para a região do Douro.

¹² Este santo era o titular de uma pequena ermida existente nas proximidades da calçada medieval que ligava Portalegre a Castelo de Vide, a pouca distância do actual cruzamento para Carreiras e para a Senhora da Penha. No século XVI tinha anexa uma leprosaria. Resta muito pouco deste edifício.

¹³ Não é impossível, embora seja pouco seguro, que as devoções ao arcanjo São Miguel (na serra de São Paulo, mas também na vizinha povoação da Alagoa) e ao mártir São Lourenço (nos arredores de Castelo de Vide e em Portalegre) venham também dessa época.

¹⁴ Há ainda outros oragos que lembram essa prática religiosa ancestral, tolerada com grandes restrições pelos muçulmanos a troco de impostos: São Salvador do Mundo (Aramenha); Santa Maria Madalena (Portalegre e Fortios); São Tomé (Portalegre, na serra da Penha, e Abrunheira, nos arredores da cidade); Sant’ Iago Menor (Caiola, Urra); São Sebastião (Galegos); São Vicente (Portalegre); São Mamede (Reguengo, na serra); São Gens (Nisa); São Saturnino (Fronteira); São Cristóvão (Portalegre); Santa Eulália (perto de Elvas). Há outros santos nos calendários moçárabes que também são cultuados na região, mas como correspondem a invocações desde sempre presentes no devocionário cristão, não permitem a identificação de devoções moçárabes. No caso de São Sebastião, devem excluir-se todas as que foram atribuídas a igrejas situadas na entrada das povoações, com origem geralmente no final da Idade Média. Excluí, ainda, São Julião de Toledo (na freguesia homónima do concelho de Portalegre, antes de Marvão), pois há provas de que foi introduzido apenas no terceiro quartel do século XVI, pelo bispo D. Julião d’ Alva. Há entretanto, na região, pelo menos uma igreja com vestígios moçárabes cujo orago foi alterado talvez no século XIII/XIV: São Domingos dos Fortios.



BIBLIOGRAFIA

- Almansa, Manuel Acién (2001) – “De nuevo sobre la fortificación del emirato”. *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Edições Colibri / C. M. Palmela: 59 – 75.
- Baptista, João Ayres (1758) – “[Memória Paroquial da freguesia de Santa Maria da Devesa de Castelo de Vide]”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais*, nº. 222, volume 10, folhas 1481 a 1489.
- Bazzana, André (2001) – “Éléments de castellologie médiévale dans al-Andalus: morphologie et fonctions du château (XI^e-XIII^e siècles)”. *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Edições Colibri / C. M. Palmela: 189 - 201.
- Boissellier, Stéphane (2001) – “Les relations entre l’ habitat et les châteaux dans le Sud du Portugal à la fin du Moyen-Âge (d’ après le *Livro das fortalezas* de Duarte Darnas): évolutions depuis la Reconquête”. *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Edições Colibri / C. M. Palmela: 497 – 508.
- Carvalho, Joaquim (1998) – “Ocupação Humana no Concelho de Castelo de Vide desde a Pré-história até à Alta Idade Média”. *Ibn Maruán – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº. 8, Dezembro: 183 – 191.
- Chevalier, Jean & Gheerbrant, Alain (1982) – *Dictionnaire des Symboles*. Paris, Éditions Robert Laffont e Éditions Jupiter.
- Cid, Pedro (2005) – *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*. Lisboa, IPPAR / Ministério da Cultura.
- Cid, Pedro (2005a) – “Castelo de Vide e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas”. *Estudos / Património*, Lisboa, nº. 8: 108 – 119.
- Conde, Manuel Sílvio Alves (1997) – “Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Garb-Al-Andaluz: o Médio Tejo à luz da toponímia arábica”. *Arquipélago – História*, 2^a. série, II: 353 – 385.
- El Ghazouani, Lahoucine (2007) – *Glosario Español – Árabe Marroquí, Árabe Marroquí – Español*. Murcia, Universidad de Murcia – Servicio de Publicaciones.
- Espírito Santo, Moisés ([1997]) – *O Brasonário Português e a Cultura Hebraica*. Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – Universidade Nova de Lisboa.
- Espírito Santo, Moisés (s/d) – *Dicionário Fenício – Português*. Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – Universidade Nova de Lisboa.
- Figueiredo, Domingos de (1758) – “[Memória Paroquial da freguesia de Sant’ Iago Maior de Castelo de Vide]”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais*, nº. 222, volume 10, folhas 1477 a 1480.
- Fuentes, Álvaro Galmés de (2000) – *Los topónimos: sus blasones y trofeos (la toponimia mítica)*. Madrid, Real Academia de la Historia.
- Gil, Manoel Carrilho (1758) – “Noticia da muito sempre Leal Nobre Grande e Notavel villa de Castello da Vide” [Memória paroquial da freguesia de São João Baptista de Castelo de Vide]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais*, nº. 222, volume 10, folhas 1461 a 1489.
- Kaplanian, Maurice G. (2004) – *Diccionario Arabe – Español, Español – Arabe*. Barcelona, Ediciones Llibreria Universitària.
- Machado, José Pedro (1995) – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. (7^a edição), Lisboa, Livros Horizonte.



- Oliveira, Jorge de (1997) – “Castelo de Vide e Marvão num manuscrito anónimo do século XVIII”. *Ibn Maruán – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº. 7, Dezembro: 11 – 17.
- S/A (2008) – *Dicionário de Latim – Português*. (3ª edição revista por uma equipa liderada por António Rodrigues de Almeida), Porto, Porto Editora.
- Ventura, Ruy (1996) – “Algumas lendas da Serra de S. Mamede”. *Ibn Maruán – Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº. 6, Dezembro: 23 – 41.
- Ventura, Ruy (2011) – “Lendas religiosas: entre a matéria e a memória”. *Invenire – Revista de Bens Culturais da Igreja*, Lisboa, nº. 2: 6 – 9.
- Videira, César (1908) – *Memoria Historica da Muito Notavel Villa de Castello de Vide*. Lisboa, Livraria Moderna Editora. [As citações correspondem à 2ª. edição, publicada em 2008, em Lisboa, pelas edições Colibri.]
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1865) – *Elucidario das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram*. (2ª edição), Lisboa, Editor A. J. Fernandes Lopes.
- Terés, Elías (s/d) – *Antroponimia Hispanoarabe (según fuentes latino-romances)*. (Edición por Jorge Aguadé, Carmen Barceló y Federico Corriente). Disponível em: <http://www.alyamiah.com/cema/modules.php?name=News&file=article&sid=267> (consultado em 2008).
- Zozaya, Juan (2001) – “Fortificaciones tempranas en al-Andalus ss. VIII-X”. *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Edições Colibri / C. M. Palmela: 45 – 58.
- Zozaya, Juan (2005) – “Toponímia árabe en el valle de Duero”. *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro*, coord. Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Pires, s/l, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 17 – 42.